

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0002024-25.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 572/2018 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 572/2018 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 61/2018 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **CARLOS ALONSO MATEUS**

Réu Preso**Justiça Gratuita****Juiz(a) de Direito: Dr(a). Antonio Benedito Morello****VISTOS**

CARLOS ALONSO MATEUS (R. G. 40.133.986), com dados qualificativos nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, § 4º, inciso II, do Código Penal, porque no dia 27 fevereiro de 2018, por volta das 22h30, nas imediações da rua César Ricome, próximo ao Campos I da Universidade de São Paulo, nesta cidade, previamente ajustado e agindo com unidade de propósitos e designios com outro indivíduo não identificado, subtraíram para eles, mediante grave ameaça exercida contra Renan Peixoto da Silva, a importância de R\$ 20,00 em espécie e um aparelho de telefone celular da marca Samsung.

Foi preso e autuado em flagrante, sendo a prisão convertida em preventiva na audiência de custódia.

Recebida a denúncia (fls. 94), o réu foi citado (fls. 110) e respondeu a acusação através da Defensoria Pública (fls. 114/115). Sem motivos par absolvição sumária, na instrução foi inquirida a vítima

505088 sentença genérica base crime 1231

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

(fls. 146) e uma testemunha de acusação (fls. 147), sendo o réu interrogado (fls. 149). Deferiu-se pedido da defesa para que o réu fosse submetido a exame de insanidade mental (fls. 154/155). Realizado o exame e juntado o laudo (fls. 186/187), as partes apresentaram as alegações finais. O Ministério Público opinou pela condenação, nos termos da denúncia (fls. 194/196). A defesa pediu a aplicação da pena mínima, com reconhecimento da atenuante da confissão espontânea e compensando com a agravante da reincidência, além de pedir a redução da pena prevista no artigo 46 da Lei 11.343/06, por ser o réu dependente de droga (fls. 198/202).

É o relatório.

D E C I D O.

Nenhuma dúvida existe quanto à autoria do roubo, o mesmo acontecendo com a materialidade.

O réu confessou amplamente perante o Delegado de Polícia (fls. 7) e também em Juízo, aqui assistido de sua defensora (fls. 149).

A vítima foi firme e categórica em apontar o réu como sendo um dos autores do roubo (fls. 146). A policial que realizou a prisão também ouviu do réu a admissão de ter ele cometido o roubo (fls. 147). E reforçando todos esses elementos existe o encontro e a apreensão do celular roubado nas proximidades do local onde o réu foi encontrado, revelando que ele dispensou o objeto no momento da abordagem.

Assim, as provas realizadas no processo, tanto os depoimentos colhidos, como a apreensão realizada, confirmam tudo o que foi dito pelo acusado, de forma que a autoria resulta estreme de dúvida. Aliás, sequer foi negada pela combativa defensora.

Presente a causa de aumento pelo concurso de agentes, porque o réu agiu em parceria com outro indivíduo que não foi identificado.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O exame psiquiátrico a que o réu foi submetido confirma a sua imputabilidade penal. A despeito de ser ele usuário contumaz de bebida alcoólica e de droga, o perito concluiu que por ocasião do roubo ele se encontrava na sua plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato que cometeu, não incidindo na hipótese de redução de pena, especialmente a que foi invocada pela defesa, que se aplica a fato e crime diversos.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA para impor pena ao réu. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60, do Código Penal, especialmente que o réu é portador de péssimos antecedentes, registrando várias condenações (fls. 105/107), além de ser possuidor de conduta social reprovável por fazer uso de bebida alcoólica e drogas, delibero fixar a pena-base um pouco acima do mínimo, ou seja, em quatro anos e seis meses de reclusão e 11 dias-multa, no valor mínimo. Deixo de impor modificação na segunda fase porque a despeito da agravante da reincidência (fls. 106/107, processo 0005036-86-2014.8.26.0566), tem em seu favor a atenuante da confissão espontânea, de forma que uma situação deve compensar a outra, como tem sido reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça. Por último, acrescento um terço em razão da acusa de aumento de pena decorrendo do concurso de credores, tornando definitiva a punição em seis anos de reclusão e 13 dias-multa, no valor mínimo.

Condeno, pois, CARLOS ALONSO MATEUS, à pena de seis (6) anos de reclusão e 13 dias-multa, no valor mínimo, por ter infringido o artigo 157, § 2º., inciso II, do Código Penal.

Sendo reincidente, deve iniciar o cumprimento da pena no regime fechado, único possível para a situação do réu diante da sua reiteração criminosa.

Mantenho a prisão preventiva decretada, especialmente agora que está condenado. Como aguardou preso o julgamento,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

com maior razão assim deve permanecer agora que foi reconhecida a sua culpabilidade, devendo ser recomendado na prisão em que se encontra.

Fica isento do pagamento da taxa judiciária em razão da sua situação econômica e ainda por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.

P. I. C.

São Carlos, 31 de agosto de 2018.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**